



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2026

UASG 987637 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS

OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS QUÍMICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, EMBALAGENS E DEMAIS ITENS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DOS DEPARTAMENTOS QUE INTEGRAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PARANÁ

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 880.986,70 (oitocentos e oitenta mil, novecentos e oitenta e seis reais e setenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/05/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
11. DOS RECURSOS	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026

Processo Administrativo nº 065/2026

Torna-se público, que o **MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS**, por meio da Divisão de Licitação, sediada no Paço Municipal, sito à Rua Rui Barbosa, nº 286 – centro, Janiópolis/Pr, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais nº 2710, 2711 e 2712/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS QUÍMICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, EMBALAGENS E DEMAIS ITENS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DOS DEPARTAMENTOS QUE INTEGRAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PARANÁ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1 e 8.11.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca e modelo (conforme o caso);
- 5.1.3. Descrição do objeto, contendo o descritivo conforme à especificação do Termo de Referência.
- 5.1.4. Fabricante, se for o caso;
- 5.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.1.6. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.6.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1,0% (um por cento)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Nos termos do § 2º do art. 60 da Lei 14.133/21, as regras previstas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5.1. Juntamente com a proposta de preços ajustada, o pregoeiro poderá solicitar catálogo, ficha técnica, folder ou outro meio idôneo para comprovação de atendimento às especificações do produto cotado, sob pena de desclassificação.

6.23.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.25. A empresa que indicar possuir programa de integridade previsto no art. 60, inciso IV da Lei 14.133/2021 não precisa no primeiro momento enviar documentos a comprovar esta situação, somente se este critério for usado para desempate, existindo recurso a contestar esta situação, será aberto diligência para juntada de documentação a comprovar este requisito.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).

7.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 7.1.2 e 7.1.3. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, poderá ser indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.10.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.10.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.10.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4.2. Fica impedido de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documento digital.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Para fins de validade dos documentos de habilitação, serão considerados válidos os documentos vigentes na data da solicitação da Pregoeira.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

8.18. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.19. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de **90 (noventa) dias** contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste edital.

8.20. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.6. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://janiopolis.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais> e www.gov.br/compras.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.1.9. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.10. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.11. Der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.12. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame
- 12.1.13. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.14. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.15. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.16. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida no curso da execução do contrato;
- 12.1.17. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico: licitajaniopolis@gmail.com.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

A contratada/detentora de ata de registro de preços que tenha sido declarada, temporária ou permanentemente, incurso em práticas de corrupção em licitações e/ou em execução de contratos, está sujeita às sanções previstas na legislação vigente. Se de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um representante do CONTRATANTE, servidor ou quem atue em seu lugar e/ou contratada/detentora de ata de registro de preços, incorreu em práticas corruptas contrárias aos mais altos níveis éticos, o licitador, poderá:

- a) Rejeitar qualquer proposta de adjudicação relacionada com o respectivo processo de aquisição ou contratação;
- b) Declarar a contratada/detentora de ata de registro de preços inelegível, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

14.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática conluída**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

14.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a contratada/detentora de ata de registro de preços concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

14.4. Demais condições previstas na Lei 14.133/21.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://janiopolis.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais> e www.gov.br/compras.
- 15.11. Da retenção do Imposto de Renda:**
- 15.11.1. Considerando a publicação do Decreto Municipal nº 2.764 de 22/09/2023, que dispõe sobre a retenção de Imposto de Renda nas contratações de bens e na prestação de serviços realizadas pelo Município de Janiópolis/PR, com base nas disposições constantes na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, fica a Contratada (pessoa física ou pessoa jurídica) obrigada a emitir as notas fiscais informando:
- O valor da retenção do IR, sua alíquota;
 - O número da Nota de Empenho;
 - Número da Conta Corrente;
 - No caso de serem amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero deve informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitar-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço;
 - A retenção será efetuada aplicando-se, sobre o valor a ser pago à pessoa jurídica, o percentual constante do Anexo I da Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF que corresponde à alíquota do IRRF, determinada mediante a aplicação de 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo estabelecida no art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado e disciplinado pela IN da RFB nº 1234/2012;
 - Como regra geral, a base de cálculo padrão será o valor total da nota fiscal, ressalvados os casos especiais tratados na Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- g. A alíquota a ser aplicada sobre o valor a ser pago irá variar de acordo com a espécie do bem fornecido ou do serviço prestado;
- h. Sem prejuízo do estabelecido no §1º supra, caso o pagamento se refira a contratos distintos celebrados com a mesma pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou de serviços prestados com percentuais diferenciados, aplicar-se-á a alíquota correspondente a cada fornecimento contratado;
- i. A retenção será efetuada aplicando-se sobre o valor a ser pago a pessoa física, a tabela progressiva de Imposto de Renda estabelecida pela Lei Federal nº 13.149/2015.

15.11.2. A não observância às regras de retenção dispostas na IN RFB nº 1.234, de 11/01/2012, e na Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF de 12/05/2023 acarretará a não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no artigo 3º do Decreto.

15.11.3. O valor do IR retido pelo Município não se constitui em majoração de carga tributária, por representar antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto, podendo ser compensado ou deduzido do valor do IR apurado a cada competência, nos termos do artigo 9º da INRF nº 1234/2012.

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 15.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 15.12.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços
- 15.12.3. ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada
- 15.12.4. ANEXO IV - Modelo de Proposta Final

Janiópolis/Pr, 14 de maio de 2026

EIDES GUEDES
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO - COMPRAS

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS QUÍMICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, EMBALAGENS E DEMAIS ITENS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DOS DEPARTAMENTOS QUE INTEGRAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PARANÁ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓDIGO CATMAT	UND	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO/ DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO/ MAXIMO ACEITAVEL	VALOR TOTAL
1	292730	GALAO	1.500	ÁGUA SANITÁRIA, À BASE DE CLORO. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO. TEOR CLORO ATIVO VARIANDO DE 2 A 2,50%. APLICAÇÃO:ALVEJANTE E DESINFETANTE DE USO GERAL. GALÃO 5 LTS	R\$ 14,10	R\$ 21.150,00
2	292730	FRASCO	430	ÁGUA SANITÁRIA, À BASE DE CLORO. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO. TEOR CLORO ATIVO VARIANDO DE 2 A 2,50%, COR LEVEMENTE AMARELO-ESVERDEADA. APLICAÇÃO:ALVEJANTE E DESINFETANTE DE USO GERAL. FRASCO DE 1 LITRO	R\$ 2,89	R\$ 1.242,70
3	481012	FRASCO	2.300	ALCOOL 70% 1 LITRO	R\$ 9,60	R\$ 22.080,00
4	380018	FRASCO	250	ALCOOL EM GEL 70 ANTISSEPTICO PARA AS MÃOS - 1 LITRO	R\$ 15,17	R\$ 3.792,50
5	457756	FRASCO	450	AMACIANTE DE ROUPA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO CONCENTRADO, PERFUMADO. FRASCO DE 2 LITROS, COM TAMPA ABRE E FECHA COM LACRE DE ROSQUEAR.	R\$ 8,87	R\$ 3.991,50
6	332545	UNIDADE	120	AVENTAL DE COZINHA IMPERMEAVEL 68 CM X 48 CM	R\$ 9,17	R\$ 1.100,40
7	320839	UNIDADE	50	BACIA PLASTICA PARA PREPARACAO DE ALIMENTOS - PRODUZIDA EM PLASTICO RESISTENTE E COM CAPACIDADE PARA 15 LITROS.	R\$ 14,41	R\$ 720,50



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS



ESTADO DO PARANÁ

8	292588	UNIDADE	50	BACIA PLASTICA PARA PREPARACAO DE ALIMENTOS - PRODUZIDA EM PLASTICO RESISTENTE E COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS.	R\$ 19,85	R\$ 992,50
9	292589	UNIDADE	50	BACIA PLASTICA REDONDA: RESISTENTE, APROXIMADAMENTE 40 LITROS.	R\$ 29,85	R\$ 1.492,50
10	247709	UNIDADE	50	BACIA/ SALADEIRA, MATERIAL EM AÇO INOXIDAVEL - REDONDA, CAPACIDADE 10 LITROS.  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 52,84	R\$ 2.642,00
11	236285	UNIDADE	50	BACIA EM AÇO INOX – 7 LITROS. FORMATO CIRCULAR COM FUNDO PLANO E BORDAS BAIXAS  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 147,79	R\$ 7.389,50
12	253221	UNIDADE	80	BALDE PLASTICO 15 LTS	R\$ 12,06	R\$ 964,80
13	321573	UNIDADE	80	BALDE PLASTICO 18 LTS	R\$ 19,96	R\$ 1.596,80
14	302024	UNIDADE	80	BALDE PLASTICO 30 LTS	R\$ 31,80	R\$ 2.544,00
15	417993	UNIDADE	100	BALDE PLASTICO DE 12 LITROS- PRETO, COM APOIO DE MÃO NO FUNDO	R\$ 12,81	R\$ 1.281,00
16	364735	UNIDADE	160	BANDEJA MULTIUSO 12 LITROS, COM TAMPA. MATERIAL EM POLIPROPILENO, ALCAS LATERAIS, CANTOS ARREDONDADOS, NA COR BRANCA  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 29,34	R\$ 4.694,40
17	405443	UNIDADE	70	BANDEJA MULTIUSO RETANGULAR 20 LITROS COM TAMPA, MATERIAL EM POLIPROPILENO, ALÇAS LATERAIS, CANTOS ARREDONDADOS NA COR BRANCA	R\$ 40,04	R\$ 2.802,80
18	420488	UNIDADE	80	BANDEJA PLASTICA PERFURADA - MEDIDAS 20X12X8  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 29,21	R\$ 2.336,80
19	420488	UNIDADE	80	BANDEJA PLASTICA PERFURADA - MEDIDAS 25X16X8  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 29,13	R\$ 2.330,40
20	467568	UNIDADE	60	BANHEIRA PARA BEBÊ - PLASTICA, AZUL, COR DE ROSA OU BRANCA	R\$ 30,92	R\$ 1.855,20
21	278018	UNIDADE	30	BATEDOR DE ARAME PROFISSIONAL (FOUET), EM AÇO INOXIDAVEL, CONFECCIONADO EM ARAME GROSSO, PUNHO REFORÇADO COM 38 CM	R\$ 22,59	R\$ 677,70
22	325361	UNIDADE	80	BICO PARA MAMADEIRA DE SILICONE REDONDO UNIVERSAL	R\$ 4,72	R\$ 377,60



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

23	272254	UNIDADE	160	BORRIFADOR COM GATILHO TRIGGER, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO PET RESISTENTE, FRASCO TRANSPARENTE, BICO COM TRAVA, COM CAPACIDADE PARA ATÉ 500ML	R\$ 7,19	R\$ 1.150,40
24	459894	PAR	330	BOTA DE BORRACHA OU PVC, COR BRANCA, CANO LONGO - CARACTERÍSTICAS: IMPERMEÁVEL DE ALTA DURABILIDADE; CONFORTÁVEL; SOLADO: ANTIDERRAPANTE COM GARRAS DE TRAÇÃO; FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; RESISTÊNCIA A DETERGENTES E PRODUTOS DE LIMPEZA; TAMANHOS VARIADOS (A DEFINIR CONFORME SOLICITAÇÃO).	R\$ 92,33	R\$ 30.468,90
25	468507	UNIDADE	25	BOTIJÃO TÉRMICO – CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 5 LITROS, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO EM AÇO INOX, COM TORNEIRA E PÉS DE APOIO. MANTÉM TEMPERATURA QUENTE OU FRIA GARANTIA DO FORNECEDOR DE 1 ANO.  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 268,07	R\$ 6.701,75
26	600698	UNIDADE	15	BOTIJÃO TÉRMICO – CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 9 LITROS, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO EM AÇO INOX, COM TORNEIRA E PÉS DE APOIO. MANTÉM TEMPERATURA QUENTE OU FRIA GARANTIA DO FORNECEDOR DE 1 ANO.  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 289,32	R\$ 4.339,80
27	481029	UNIDADE	60	CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO, PARA VASSOURAS E RODOS, COM ROSCA PARA ENCAIXE - COMPRIMENTO 1,50 M	R\$ 7,47	R\$ 448,20
28	315819	UNIDADE	30	CAIXA DE ISOPOR 5 LITROS	R\$ 12,99	R\$ 389,70
29	338807	UNIDADE	30	CAIXA ORGANIZADORA MULTIUSO PLÁSTICO INCOLOR COM TRAVAS NAS LATERAIS (10 LITROS)	R\$ 21,81	R\$ 654,30
30	438009	UNIDADE	30	CAIXA ORGANIZADORA MULTIUSO PLÁSTICO INCOLOR COM TRAVAS NAS LATERAIS (20 LITROS)	R\$ 40,15	R\$ 1.204,50
31	608462	UNIDADE	100	CAIXA ORGANIZADORA MULTIUSO PLÁSTICO INCOLOR COM TRAVAS NAS LATERAIS (42 LITROS)	R\$ 71,12	R\$ 7.112,00
32	636156	UNIDADE	70	CAIXA ORGANIZADORA MULTIUSO PLÁSTICO INCOLOR COM TRAVAS NAS LATERAIS- 56 LITROS	R\$ 90,66	R\$ 6.346,20



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS




ESTADO DO PARANÁ

33	431293	UNIDADE	20	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO COM TAMPA: CAPACIDADE APROXIMADA: 8 LITROS; MATERIAL: ALUMÍNIO BATIDO COM ALÇAS LATERAIS REFORÇADAS; DEVERA ACOMPANHAR TAMPA EM ALUMÍNIO.  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 130,24	R\$ 2.604,80
34	306710	UNIDADE	15	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO COM TAMPA: CAPACIDADE APROXIMADA: 15 LITROS; MATERIAL: ALUMÍNIO BATIDO COM ALÇAS LATERAIS REFORÇADAS; DEVERA ACOMPANHAR TAMPA EM ALUMÍNIO.	R\$ 188,48	R\$ 2.827,20
35	619802	UNIDADE	25	CANECA EM ALUMÍNIO Nº16 COM CABO DE MADEIRA, CAPACIDADE PARA 2 LITROS	R\$ 40,28	R\$ 1.007,00
36	366414	UNIDADE	15	CANECA EM ALUMÍNIO Nº18 COM CABO DE MADEIRA, CAPACIDADE PARA 4 LITROS	R\$ 52,07	R\$ 781,05
37	418928	UNIDADE	250	CANECA PEQUENA DE AÇO INOXIDÁVEL - 200 ML. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DE 6 CM.  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 6,39	R\$ 1.597,50
38	418928	UNIDADE	250	CANECA PEQUENA DE AÇO INOXIDÁVEL - 100 ML. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DE 6 CM  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 6,53	R\$ 1.632,50
39	453020	UNIDADE	40	CAVALETE DOBRÁVEL EM POLIPROPILENO, MEDIDA: 25CMX65M, COR: AMARELO COM - TEXTO: "CUIDADO - PISO ESCORREGADIO" PARA SINALIZAÇÃO DE ÁREAS ÚMIDAS - BANHEIROS, COZINHAS, ETC.	R\$ 45,39	R\$ 1.815,60
40	350872	UNIDADE	90	CERA AUTO BRILHO E IMPERMEABILIZANTE - LTS. PH (PURO): 8,0 A 9,0, TEOR DE SÓLIDOS: 11% MÍNIMO, COMPOSIÇÃO: COADJUVANTE, AGENTE NIVELADOR, EMULSÃO DE CERA DE POLIETILENO, AGENTE ANTI-REDEPOSITANTE, PLASTIFICANTE, UMCTANTE, SOLVENTE, ESSENCIA, CONSERVANTE E VEÍCULO – FRASCO COM NO MÍNIMO 750 ML	R\$ 9,94	R\$ 894,60
41	244285	UNIDADE	70	COADOR DE PANO PARA COAR LÍQUIDOS, COM DIÂMETRO DE 16 CM, COMPRIMENTO DE 20 CM, FLANELA 100% ALGODÃO, ALÇA DE ARAME GALVANIZADO 3,40 MM.	R\$ 18,98	R\$ 1.328,60
42	477460	UNIDADE	70	COADOR DE PANO PARA COAR LÍQUIDOS, COM DIÂMETRO DE 11 CM, COMPRIMENTO 16 CM, FLANELA 100% ALGODÃO, ARAME GALVANIZADO DE 2,77 MM	R\$ 14,84	R\$ 1.038,80
43	285367	UNIDADE	50	COLHER DE ARROZ, CORPO E CABO EM AÇO INOX, LISA E POLIDA COMPRIMENTO APROXIMADO: 33 CM	R\$ 12,29	R\$ 614,50



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS




ESTADO DO PARANÁ

44	371112	UNIDADE	30	COLHER DE MEXER, DE AÇO INOXIDÁVEL, COM CABO LONGO DE MÍNIMO 40 CM. CABO DE PLÁSTICO RÍGIDO  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 17,16	R\$ 514,80
45	465661	UNIDADE	450	COLHER DE SOBREMESA - COM BOJO EM FORMATO SIMÉTRICO E BORDAS ARREDONDADAS, TOTALMENTE FEITA DE AÇO INOX	R\$ 2,52	R\$ 1.134,00
46	337384	UNIDADE	600	COLHER DE SOPA, RESISTENTE, TODA EM INOX	R\$ 4,03	R\$ 2.418,00
47	357233	UNIDADE	35	CONCHA, MATERIAL CORPO AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO 21 CM	R\$ 10,54	R\$ 368,90
48	283164	UNIDADE	15	CONCHA EM ALUMÍNIO Nº 09, DIÂMETRO 9 CM (CAPACIDADE 150 ML). COM CABO ALUMÍNIO DE 25,5 CM	R\$ 13,85	R\$ 207,75
49	248156	UNIDADE	22	CONCHA - EM ALUMÍNIO Nº 12, DIÂMETRO 12CM (CAPACIDADE 300 ML) , COM CABO ALUMÍNIO MÍNIMO 40,0 CM	R\$ 13,98	R\$ 307,56
50	470945	UNIDADE	150	CONDICIONADOR NEUTRO 350 ML	R\$ 20,95	R\$ 3.142,50
51	612245	CAIXA	350	COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA 180 ML - CX C/2500 UND- BRANCO	R\$ 131,39	R\$ 45.986,50
52	612246	CAIXA	80	COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ 50 ML - CX C/ 5000 UND- BRANCO	R\$ 148,97	R\$ 11.917,60
53	465888	UNIDADE	8	CORTADOR/PICADOR GRANDE PARA LEGUMES E BATATAS – MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA: 60CM; LARGURA: 26CM; MATERIAL: ALUMÍNIO FUNDIDO; FACAS: AÇO INOX; GRADE (FACA DE CORTE) REMOVÍVEL; BASE ANTIDERRAPANTE.  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 189,57	R\$ 1.516,56
54	443912	UNIDADE	20	DESCASCADOR DE LEGUMES MANUAL: LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL; CABO ANATÔMICO EM POLIPROPILENO OU PLÁSTICO RESISTENTE; DESIGN ERGONÔMICO; INDICADO PARA LEGUMES E FRUTAS  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 9,80	R\$ 196,00
55	420084	UNIDADE	1.500	DESINFETANTE DE USO GERAL, PARA ELIMINAÇÃO DE 99,9% DOS GERMES/ BACTÉRIAS E FUNGOS – FRASCO DE 2 LITROS	R\$ 7,99	R\$ 11.985,00
56	327150	FRASCO	700	DESODORIZADOR DE AR AEROSOL - 360 ML	R\$ 12,73	R\$ 8.911,00
57	438827	FRASCO	800	DETERGENTE LIMPA PISOS COM CERA, A BASE DE ÁCIDO LINEAR AQUIL, BENZENO SULFÔNICO - 2 LITROS	R\$ 14,07	R\$ 11.256,00



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

58	624159	FRASCO	3.500	DETERGENTE LÍQUIDO, PARA COZINHA, 500 ML, COM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	R\$ 2,03	R\$ 7.105,00
59	294418	UNIDADE	50	DISPENSER PARA COPOS DESCARTÁVEIS, FABRICADO EM ACRÍLICO E INOX ; 45 CM DE ALTURA X 8 CM DE DIÂMETRO; CAPACIDADE 150 COPOS PARA ÁGUA	R\$ 55,19	R\$ 2.759,50
60	385712	UNIDADE	30	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO CONSTITUÍDO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, MÍNIMO 400 ML.	R\$ 38,57	R\$ 1.157,10
61	302526	UNIDADE	45	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, CONSTITUÍDO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, CAPACIDADE MÍNIMA 500 FLS	R\$ 35,41	R\$ 1.593,45
62	422811	UNIDADE	40	DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO 8X300 CONSTITUÍDO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA	R\$ 35,58	R\$ 1.423,20
63	395163	UNIDADE	15	ESCORREDOR DE ARROZ - MATERIAL PLÁSTICO; LIVRE DE BPA; COM LATERAIS INCLINADAS E PERFURAÇÕES; ALÇA ERGONOMICA, CAPACIDADE PARA LAVAR E ESCORRER ATÉ 1 KG.	R\$ 10,30	R\$ 154,50
64	378179	UNIDADE	30	ESCORREDOR DE MACARRÃO EM AÇO INOX. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA; FORMATO: REDONDO OU TIPO PENEIRA PROFUNDA; CAPACIDADE: MÍNIMO DE 4 LITROS; COM DUAS ALÇAS LATERAIS; BASE OU APOIO QUE PERMITA ESTABILIDADE DURANTE O USO.  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 30,60	R\$ 918,00
65	333022	UNIDADE	20	ESCORREDOR PARA ARROZ - DE ALUMÍNIO REFORÇADO, COM DIÂMETRO DE 40 CM – 12 LITROS  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 102,98	R\$ 2.059,60
66	485587	UNIDADE	12	ESCORREDOR DE LOUÇAS EM AÇO INOX INDUSTRIAL - COM CAPACIDADE DE 80 PRATOS, DIMENSÕES: 102 CM X 28 CM X 65 CM, MÍNIMO DE 3 ANDARES.  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 595,63	R\$ 7.147,56
67	227903	UNIDADE	75	ESCOVA DE LAVAR ROUPA, CERCAS DE NYLON, BASE EM MADEIRA, TAMANHO MÍNIMO DE 13 CM.	R\$ 5,08	R\$ 381,00
68	417260	UNIDADE	150	ESCOVA PARA HIGIENIZAR MAMADEIRAS	R\$ 7,73	R\$ 1.159,50



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

69	283569	UNIDADE	40	ESCOVA MULTIFUNCIONAL PARA LIMPEZA/HIGIÊNE DE MAMADEIRA E BICO  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 17,66	R\$ 706,40
70	331870	UNIDADE	120	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO COM SUPORTE. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: EM POLIPROPILENO, RESISTENTE, COM CERDAS EM NYLON, FORMATO ARREDONDADO, COM SUPORTE. DIMENSÕES MÍNIMAS: 38X09CM	R\$ 10,97	R\$ 1.316,40
71	623408	UNIDADE	15	ESPATULA DE SILICONE E CABO DE AÇO INOXIDÁVEL, LARGURA MINIMA DE 05CM E CUMPRIMENTO MINIMO 25CM	R\$ 22,48	R\$ 337,20
72	431353	UNIDADE	70	ESCUMADEIRA EM ALUMÍNIO Nº 13  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 33,20	R\$ 2.324,00
73	481020	PACOTE	1.500	ESPONJA MULTIUSO DUPLA FACE - BUCHA DE LAVAR LOUÇA. PACOTE COM 3 UNIDADES	R\$ 7,20	R\$ 10.800,00
74	483294	UNIDADE	20	ESPRESSOR DE FRUTA ELETRICO NO MÍNIMO 500W - TIPO INDUSTRIAL, CORPO EM AÇO INOX, MODELO CONVENCIONAL, VELOCIDADE UNICA, COM CAPACIDADE PARA 3 L. CONSTITUIDO DE CORPO CILINDRICO, COPO COM CAPACIDADE DE 3 LITROS, PENEIRA PRA COPO, UMA CASTANHA PEQUENA E UMA CASTANHA GRANDE COM RANHURAS PARA ALTA CAPACIDADE DE EXTRAÇÃO. COM TAMPA, PES ANTIDERRAPANTES. BIVOLT  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 322,29	R\$ 6.445,80
75	628888	UNIDADE	10	ETIQUETAS ADESIVAS PARA CONTROLE DE VALIDADE E CONGELAMENTO – DIMENSÕES APROXIMADAS: 60 MM X 40 MM; MATERIAL: (POLIPROPILENO BIORIENTADO); COR: BRANCA; MATERIAL IMPERMEÁVEL E RESISTENTE À UMIDADE; ADESIVO DE ALTA FIXAÇÃO; SUPERFÍCIE ADEQUADA PARA ESCRITA MANUAL COM CANETA OU MARCADOR PERMANENTE; RESISTENTE A BAIXAS TEMPERATURAS, INDICADO PARA USO EM GELADEIRA E CONGELADOR. ROLO OU PACOTE CONTENDO 1.000 ETIQUETAS  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 49,50	R\$ 495,00
76	631608	UNIDADE	45	FACA DE CORTE 7", LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO DE POLIETILENO - 18 CM APROX.	R\$ 16,93	R\$ 761,85



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS


ESTADO DO PARANÁ

77	465713	UNIDADE	400	FACA DE MESA COM SERRA TODA EM INOX	R\$ 3,14	R\$ 1.256,00
78	458151	UNIDADE	650	FIBRA DE SERVIÇO PESADO RETANGULAR – MEDIDA MININA 102X260MM – UND.	R\$ 3,38	R\$ 2.197,00
79	626871	BOBINA	70	FILME PLASTICO DE PVC PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS. MEDIDAS 38CMX300 MT	R\$ 68,98	R\$ 4.828,60
80	295918	UNIDADE	40	FORMA GRANDE - ASSADEIRA GRANDE ALTA DE ALUMÍNIO RETANGULAR Nº 5. MEDIDA: 46,5 X 32 X 7 CM.	R\$ 54,27	R\$ 2.170,80
81	623410	UNIDADE	30	FORMA PEQUENA EM ALUMINIO- ASSADEIRA RETANGULAR PEQUENA ALTA Nº 4. MEDIDAS APROXIMADAS: 42,5CM X 30,8CM X 6,0CM (COMP. X LARG. X ALT.).	R\$ 46,76	R\$ 1.402,80
82	433259	UNIDADE	40	FORMA PARA PAO DE QUEIJO: MATERIAL: ALUMÍNIO REFORÇADO, FORMATO: ASSADEIRA COM 12 CAVIDADES ARREDONDADAS PARA PÃO DE QUEIJO. ESTRUTURA RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS; BORDAS REFORÇADAS.	R\$ 40,07	R\$ 1.602,80
83	473455	UNIDADE	25	FORMA - TRAVESSA ASSADEIRA DE VIDRO RETANGULAR 5 LITROS, COM TAMPA – TRANSPARENTE; MATERIAL: VIDRO TEMPERADO DE ALTA RESISTÊNCIA; FORMATO: RETANGULAR; ACOMPANHA TAMPA; COMPATIVEL COM FORNO CONVENCIONAL E GELADEIRA.  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 60,97	R\$ 1.524,25
84	615999	UNIDADE	1.500	FRALDA DESCARTÁVEL USO INFANTIL TAMANHO RN. COMPOSIÇÃO POLÍMERO SUPER ABSORVENTE (GEL), BARREIRA ANTIVAZAMENTO, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, FITAS ADESIVASREPOSICIONÁVEIS, FIOS DE ELÁSTICOS, COM FECHO FÁCIL, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, COM EXTRATO DE ALOE VERA E CONSTAR O RESPONSÁVEL TECNICO	R\$ 1,44	R\$ 2.160,00
85	616001	UNIDADE	1.500	FRALDA DESCARTÁVEL USO INFANTIL TAMANHO P. COMPOSIÇÃO POLÍMERO SUPER ABSORVENTE (GEL), BARREIRA ANTIVAZAMENTO, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS, FIOS DE ELÁSTICOS, COM FECHO FÁCIL, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, COM EXTRATO DE ALOE VERA E CONSTAR O RESPONSÁVEL TECNICO	R\$ 0,89	R\$ 1.335,00
86	616002	UNIDADE	1.000	FRALDA DESCARTÁVEL USO INFANTIL TAMANHO M. COMPOSIÇÃO: POLÍMERO SUPER ABSORVENTE (GEL), BARREIRA ANTIVAZAMENTO, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS, FIOS DE ELÁSTICOS, COM FECHO FÁCIL, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, COM EXTRATO DE ALOE VERA E CONSTAR O RESPONSÁVEL TECNICO	R\$ 1,05	R\$ 1.050,00



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS


ESTADO DO PARANÁ

87	616003	UNIDADE	800	FRALDA DESCARTÁVEL USO INFANTIL TAMANHO G. COMPOSIÇÃO: POLÍMERO SUPER ABSORVENTE (GEL), BARREIRA ANTIVAZAMENTO, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS, FIOS DE ELÁSTICOS, COM FECHO FÁCIL, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, COM EXTRATO DE ALOE VERA E CONSTAR O RESPONSÁVEL TÉCNICO	R\$ 1,19	R\$ 952,00
88	616005	UNIDADE	600	FRALDA DESCARTÁVEL USO INFANTIL TAMANHO GG. COMPOSIÇÃO: POLÍMERO SUPER ABSORVENTE (GEL), BARREIRA ANTIVAZAMENTO, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS, FIOS DE ELÁSTICOS, COM FECHO FÁCIL, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, COM EXTRATO DE ALOE VERA E CONSTAR O RESPONSÁVEL TÉCNICO	R\$ 1,44	R\$ 864,00
89	437873	UNIDADE	350	GARFO DE MESA RESISTENTE, TODO EM INOX	R\$ 3,35	R\$ 1.172,50
90	299963	PACOTE	100	GARFO PLÁSTICO RESISTENTE TRANSPARENTE, DESCARTÁVEL. PARA REFEIÇÃO TAMANHO G. COM 50 UNIDS	R\$ 9,80	R\$ 980,00
91	385400	UNIDADE	25	GARRAFA TÉRMICA DE PRESSÃO PARA CAFÉ - EM PLÁSTICO, COM AMPOLA DE VIDRO, SISTEMA CORTA PINGOS. LIVRE DE BPA - 1 LITRO	R\$ 64,58	R\$ 1.614,50
92	334033	UNIDADE	40	GARRAFA TÉRMICA DE PRESSÃO PARA CAFÉ - REVESTIDA EM INOX, COM AMPOLA DE VIDRO - 1,8 LITROS	R\$ 149,85	R\$ 5.994,00
93	333488	UNIDADE	500	GUARDANAPO DE PANO EM ALGODÃO ALVEJADO - 65 X 45 CENTÍMETROS	R\$ 3,81	R\$ 1.905,00
94	231464	PACOTE	500	GUARDANAPO DE PAPEL 30X32- COM 50 FLS	R\$ 2,67	R\$ 1.335,00
95	481317	CAIXA	30	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTA DE ALGODÃO, ANTI-GERMES C/ 150 UND	R\$ 8,59	R\$ 257,70
96	462542	UNIDADE	300	INSETICIDA AEROSOL MULTI, À BASE DE ÁGUA - FRASCO 300 ML	R\$ 12,31	R\$ 3.693,00
97	617028	GALAO	50	INTERCAP. PRINCÍPIO ATIVO: ÁCIDO SULFÔNICO, PH A 1% 1,0 - 2,5, DILUIÇÃO 1:40. GALÃO DE 20 LITROS.	R\$ 145,26	R\$ 7.263,00
98	428385	UNIDADE	25	JARRA EM AÇO INOX, COM ALÇA E TAMPA, CAPACIDADE MÍNIMA 2,0 L  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 191,36	R\$ 4.784,00
99	464961	UNIDADE	20	JARRA PLÁSTICA COM TAMPA, CAPACIDADE APROXIMADA DE 2 LITROS.	R\$ 8,66	R\$ 173,20
100	390429	UNIDADE	40	JARRA PLÁSTICA COM TAMPA, CAPACIDADE APROXIMADA DE 4 LITROS.	R\$ 12,21	R\$ 488,40
101	403974	JOGO	60	JOGO DE 6 COPOS DE VIDRO LISO INCOLOR, DE ÓTIMA QUALIDADE. MODELO LONGO, CAPACIDADE MÍNIMA 400 ML.	R\$ 26,18	R\$ 1.570,80
102	241744	PACOTE	1.500	LÃ DE AÇO - PACOTE CONTENDO 08 UND/CADA. PESO MÍNIMO 45 GR	R\$ 2,84	R\$ 4.260,00



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS



ESTADO DO PARANÁ

103	434966	UNIDADE	50	LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENIZAÇÃO DE BEBÊS E CRIANÇAS; FRAGRÂNCIA SUAVE COM EXTRATO DE ALOE VERA; HIPOALERGÊNICO; A BASE DE ÁGUA; 0% DE ÁLCOOL E PARABENOS; DERMATOLOGICAMENTE TESTADO; EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 48 UNIDADES	R\$ 5,10	R\$ 255,00
104	251594	FRASCO	400	LIMPADOR DE ALUMINIO - 500 ML	R\$ 3,28	R\$ 1.312,00
105	454030	FRASCO	1.450	LIMPADOR MULTI USO DE USO DOMESTICO - 500 ML	R\$ 3,35	R\$ 4.857,50
106	449771	FRASCO	100	LIMPA-VIDRO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BUTIL ÉTER-TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO, ETANOL 14% FRASCO 500 ML	R\$ 5,16	R\$ 516,00
107	261134	UNIDADE	25	LIXEIRA PARA PIA DE COZINHA BASCULANTE 4 LITROS	R\$ 15,65	R\$ 391,25
108	420582	UNIDADE	80	LIXEIRA AÇO INOX COM PEDAL BALDE INTERNO REMOVÍVEL COM ALÇA DE TRANSPORTE – 20 LITROS	R\$ 186,37	R\$ 14.909,60
109	324614	UNIDADE	60	LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA E PEDAL - 15 LITROS	R\$ 31,42	R\$ 1.885,20
110	314233	UNIDADE	70	LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA E PEDAL 35 LTS	R\$ 53,19	R\$ 3.723,30
111	355335	UNIDADE	40	LIXEIRA REDONDA COM TAMPA SOBREPOSTA - CAPACIDADE 60 LITROS. CESTO DE LIXO COM TAMPA, INJETADOS EM PLÁSTICO PP OU PEAD, CORPO REFORÇADO. SUPERFÍCIE POLIDA E ALÇAS ERGONÔMICAS.	R\$ 39,00	R\$ 1.560,00
112	289422	UNIDADE	85	LIXEIRA TIPO CESTO TELADO 10 LTS	R\$ 5,27	R\$ 447,95
113	361691	UNIDADE	15	LIXEIRA - CONTAINER DE LIXO COM PEDAL - CAPACIDADE PARA 120L, COM RODINHAS PRODUZIDAS EM PVC, POLIPROPILENO (PP), TAMPA FLEXIVEL, SUPORTE NA PARTE INFERIOR PARA MANUSEAR COM OS PÉS PARA ABRIR E FECHAR, PRODUZIDOS EM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, RESISTÊNCIA E DURABILIDADE 	R\$ 242,05	R\$ 3.630,75
114	307355	FRASCO	80	LUSTRA MOVEIS PERFUMADO - AROMA SUAVE, PARA LIMPEZA, PROTEÇÃO E BRILHO DE MOVEIS - EMBALAGEM 500 ML	R\$ 23,42	R\$ 1.873,60
115	626305	PAR	1.300	LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, COM REVESTIMENTO INTERNO FLOCADO OU VERNIZ SILVER QUE EVITA ALERGIA, SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA E DEDOS. REUTILIZÁVEL. COM ÓTIMA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. TAMANHOS P, M e G.	R\$ 13,12	R\$ 17.056,00
116	208869	PAR	500	LUVAS BORRACHA NITRÍLICA LONGA 40 CM REFORÇADAS PARA LIMPEZA PESADA TAMANHOS P, M e G.	R\$ 37,76	R\$ 18.880,00



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS




ESTADO DO PARANÁ

117	633924	CAIXA	300	LUVA NITRILICA PRETA, ANTIDERRAPANTE, SEM PÓ, TAMANHOS P,M,G - CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 31,07	R\$ 9.321,00
118	633714	PAR	50	LUVA DE SEGURANÇA TÉRMICA (PARA ALTAS TEMPERATURAS), IMPERMEÁVEL, PARA COZINHA INDUSTRIAL, CANO LONGO REFORÇO DUPLO  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 117,52	R\$ 5.876,00
119	622274	PAR	1.200	LUVA DE PROTECAO, MATERIAL BORRACHA NITRILICA, CANO MEDIO, TIPO AMBIDESTRA, ANTIDERRAPANTE, IMPERMEAVEL, APLICACAO SERVICOS GERAIS, REUTILIZAVEL, TRATAMENTO FITOSSANITARIO. TAMANHOS: P, M, G E GG.	R\$ 18,89	R\$ 22.668,00
120	279329	MAÇO	130	MAÇO DE FOSFORO – COM 10 CAIXAS DE 40 FÓSFOROS CADA	R\$ 2,89	R\$ 375,70
121	633139	UNIDADE	35	MALETA PARA PRIMEIROS SOCORROS COM 2 BANDEJAS ARTICULADAS DE PROLIPROPILENO, CONTÉM TAMPA NA BANDEJA SUPERIOR, COM ALÇA DE MÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 37CM X 19CM X 19CM – COR BRANCA	R\$ 50,26	R\$ 1.759,10
122	609863	UNIDADE	50	MAMADEIRA INFANTIL 150 ML - LIVRE DE BPA, FORMATO REDONDA, COM BICO DE SILICONE	R\$ 31,71	R\$ 1.585,50
123	450213	CAIXA	120	MARMITEX DE ISOPOR REDONDA. TAMANHO M DESCARTÁVEL. FECHAMENTO MANUAL. COM 100 UNIDS	R\$ 98,10	R\$ 11.772,00
124	461350	CAIXA	200	MASCARA DESCARTAVEL PARA COZINHA EM TNT COM ELÁSTICO. CX COM 100 UND	R\$ 14,04	R\$ 2.808,00
125	614612	UNIDADE	20	MIXER / PROCESSADOR DE MÃO: MIXER ELÉTRICO PORTÁTIL PARA PREPARO DE ALIMENTOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA MÍNIMA: 300 W TENSÃO: 127 V ; HASTE REMOVÍVEL EM AÇO INOXIDÁVEL; LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL; CORPO ERGONÔMICO; MÍNIMO DE 2 VELOCIDADES; PRODUTO COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 161,67	R\$ 3.233,40
126	448847	UNIDADE	60	PÁ DE LIXO PLÁSTICA COM CABO LONGO DE 80 CM	R\$ 11,70	R\$ 702,00
127	465035	PACOTE	40	PALITO PARA ALGODAO DOCE, SEM PONTA, 40 CM EMBALAGEM COM 100 UND	R\$ 10,39	R\$ 415,60



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

128	377524	PACOTE	40	PALITO PARA ESPETINHO, 30 CM. EMBALAGEM COM 50 UND.	R\$ 5,76	R\$ 230,40
129	253964	UNIDADE	25	PANELA TIPO CAÇAROLA EM ALUMÍNIO BATIDO, COM TAMPA – CAPACIDADE APROXIMADA: 4 LITROS; MATERIAL: ALUMÍNIO BATIDO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MM; ALÇAS LATERAIS REFORÇADAS; ALTA RESISTÊNCIA AO CALOR; PRODUTO DEVE SER INDICADO PARA FOGÕES INDUSTRIAIS.  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 64,39	R\$ 1.609,75
130	222452	UNIDADE	20	PANELA TIPO CAÇAROLA, EM ALUMÍNIO REFORÇADO, COM TAMPA – CAPACIDADE MÍNIMA 40 LITROS; ALÇAS LATERAIS REFORÇADAS; ALTA RESISTÊNCIA AO CALOR; PRODUTO DEVE SER INDICADO PARA FOGÕES INDUSTRIAIS.	R\$ 286,47	R\$ 5.729,40
131	333178	UNIDADE	18	PANELA DE ARROZ 10 LITROS – MATERIAL: ALUMÍNIO GROSSO, COM TAMPA E ALÇAS NO MESMO MATERIAL  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 197,55	R\$ 3.555,90
132	421716	UNIDADE	12	PANELA DE PRESSÃO CAPACIDADE 7 LITROS, ALUMÍNIO POLIDO, DE ALTA QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 3 SISTEMAS DE SEGURANÇA	R\$ 144,35	R\$ 1.732,20
133	421715	UNIDADE	13	PANELA DE PRESSÃO CAPACIDADE 10 LITROS, ALUMÍNIO POLIDO, DE ALTA QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 3 SISTEMAS DE SEGURANÇA	R\$ 175,61	R\$ 2.282,93
134	421724	UNIDADE	15	PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL, DE ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE 20 LITROS, COM CABO DE BRAQUELETE E TAMPA COM FECHAMENTO EXTERNO.  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 670,97	R\$ 10.064,55
135	321559	UNIDADE	550	PANO DE LIMPEZA (FLANELA) TAM: 28X48 CM	R\$ 3,06	R\$ 1.683,00
136	352424	UNIDADE	700	PANOS PARA CHÃO XADREZ EXTRA GRANDE, MALHA DUPLA, 100% ALGODÃO - MEDIDA 80X50 CM	R\$ 5,41	R\$ 3.787,00
137	357462	UNIDADE	700	PANOS PARA CHÃO XADREZ GIGANTE, MALHA DUPLA, 100% ALGODÃO - MEDIDA 90X65 CM	R\$ 10,32	R\$ 7.224,00
138	233708	ROLO	200	PAPEL ALUMÍNIO PARA ALIMENTOS MULTIUSO - 45CM X 7,5 MTS	R\$ 8,58	R\$ 1.716,00



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS




ESTADO DO PARANÁ

139	301139	FARDO	500	PAPEL HIGIENICO BRANCO FOLHA DUPLA, 30 METROS - FARDO C/16 PACOTES (TOTAL 64 ROLOS) - NÃO RECICLADO	R\$ 82,74	R\$ 41.370,00
140	443004	FARDO	100	PAPEL HIGIENICO BRANCO, ROLÃO COM 8 ROLOS, 300M X10CM (NÃO RECICLADO)	R\$ 29,74	R\$ 2.974,00
141	481807	ROLO	20	PAPEL LENÇOL DESCARTÁVEL EM ROLO BRANCO – ROLO 50 MTS	R\$ 9,16	R\$ 183,20
142	436328	FARDO	1.800	PAPEL TOALHA INTERFOLHA FARDO C/1000 FLS – BRANCO PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, BRANCO, 2 DOBRAS, 100% CELULOSE VIRGEM. DIMENSÕES MÍNIMAS: 20X20CM, COM 1000 FOLHAS (NÃO RECICLADO)	R\$ 18,46	R\$ 33.228,00
143	328456	PACOTE	400	PAPEL TOALHA ROLO 60 FOLHAS - PACOTE C/2 ROLOS.	R\$ 6,66	R\$ 2.664,00
144	605491	BALDE	20	PASTA DESENGRAXANTE PARA LIMPEZA PESADA DE MÃOS, COM ALTO PODER DE REMOÇÃO DE GRAXAS, ÓLEOS, TINTAS E FULIGENS, CONTENDO AGENTES ESFOLIANTES DE GRANULOMETRIA CONTROLADA E COMPONENTES HIDRATANTES PARA PROTEÇÃO DA EPIDERME. O PRODUTO DEVE SER HIDROSSOLÚVEL, ISENTO DE SOLVENTES AROMÁTICOS OU CLORADOS. EMBALAGEM: BALDE PLÁSTICO DE, NO MÍNIMO 3 KG. COM FECHAMENTO HERMÉTICO. O RÓTULO DEVE CONTER OBRIGATORIAMENTE A IDENTIFICAÇÃO DE LOTE E DATA DE VALIDADE, , DEVENDO O FORNECEDOR APRESENTAR A FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS (FISPQ/FDS) NO ATO DA ENTREGA	R\$ 58,05	R\$ 1.161,00
145	464896	UNIDADE	30	PEGADOR DE MACARRÃO, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM 28 CM DE COMPRIMENTO	R\$ 14,03	R\$ 420,90
146	321816	UNIDADE	30	PENEIRA DE PLASTICO COM CABO - TELA EM NYLON, 19 CM DE DIAMETRO.	R\$ 10,79	R\$ 323,70
147	431338	UNIDADE	30	PENEIRA GRANDE, APROXIMADAMENTE 24 CM, EM AÇO INOX, COM CABO	R\$ 25,23	R\$ 756,90
148	260095	UNIDADE	15	PORTA DETERGENTE COM 3 DIVISORIAS	R\$ 10,66	R\$ 159,90
149	461505	PACOTE	50	POTE PLASTICO DESCARTAVEL REDONDO, LISO, COM TAMPA. CAPACIDADE 100 ML. PACOTE CONTENDO 100 UND	R\$ 16,61	R\$ 830,50
150	267705	UNIDADE	50	POTE PLASTICO (POLIPROPILENO) TRANSPARENTE RESISTENTE, RETANGULAR, COM TAMPA. CAPACIDADE 500ML	R\$ 4,83	R\$ 241,50
151	461128	UNIDADE	50	POTE PLASTICO (POLIPROPILENO) TRANSPARENTE RESISTENTE, RETANGULAR, COM TAMPA. CAPACIDADE 1L	R\$ 7,58	R\$ 379,00
152	443879	UNIDADE	60	POTE PLASTICO (POLIPROPILENO) TRANSPARENTE RESISTENTE, RETANGULAR, COM TAMPA. CAPACIDADE 3 L	R\$ 13,23	R\$ 793,80



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

153	238805	UNIDADE	65	POTE PLASTICO (POLIPROPILENO) TRANSPARENTE RESISTENTE, RETANGULAR, COM TAMPA. CAPACIDADE 5 L	R\$ 15,13	R\$ 983,45
154	437046	KIT	25	POTES FABRICADOS EM POLIPROPILENO LIVRE DE BISFENOL A (BPA); TRANSPARENTE, COM TAMPA. KIT CONTENDO 2 POTES COM CAPACIDADE EM VOLUME DE 2 L CADA.  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 15,06	R\$ 376,50
155	443879	UNIDADE	50	POTE COM TAMPA, REDONDO, NA COR VERMELHO, ROSA OU AZUL. MATERIAL PP (POLIPROPILENO), COM CAPACIDADE DE 3 L  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 13,92	R\$ 696,00
156	443879	UNIDADE	60	POTE COM TAMPA, REDONDO, NA COR VERMELHO, ROSA OU AZUL. MATERIAL PP (POLIPROPILENO), COM CAPACIDADE DE 5 L	R\$ 15,88	R\$ 952,80
157	245064	PACOTE	60	POTE DESCARTAVEL, TRANSPARENTE, REDONDO, PODEM SER UTILIZADOS EM MICROONDAS OU FREEZER. RESISTENTE A TEMPERATURAS ATÉ 100°C. KIT DE POTES COM TAMPA DE 500 ML – PACOTE COM NO MINIMO 25 UNIDADES  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 22,35	R\$ 1.341,00
158	222369	UNIDADE	400	PRATO RASO, EM LOUÇA DE PRIMEIRA LINHA, NA COR BRANCA - DIAMETRO 25CM	R\$ 15,51	R\$ 6.204,00
159	364463	PACOTE	150	PRATO PLASTICO DESCARTAVEL PARA SOBREMESA, 15 CM. EMBALAGEM COM 10 UNDS	R\$ 2,19	R\$ 328,50
160	372768	PACOTE	150	PRATO PLASTICO DESCARTAVEL GRANDE, 23 CM. EMBALAGEM COM 10 UNIDADE	R\$ 7,79	R\$ 1.168,50
161	222380	PACOTE	5	PRATO DE PAPELÃO NR 6 GRANDE - PACOTE COM 100 UNIDADES	R\$ 48,72	R\$ 243,60
162	615176	UNIDADE	15	PROCESSADOR DE ALIMENTOS MANUAL - TRITURADOR DE ALIMENTOS COM 3 LAMINAS INOXIDAVEL - CAPACIDADE 500 ML  IMAGEM ILUSTRATIVA	R\$ 17,27	R\$ 259,05



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

163	615176	UNIDADE	15	<p>PROCESSADOR DE ALIMENTOS MANUAL - TRITURADOR DE ALIMENTOS COM 5 LAMINAS INOXIDAVEL - CAPACIDADE 900 ML</p>  <p>IMAGEM ILUSTRATIVA</p>	R\$ 24,50	R\$ 367,50
164	615816	UNIDADE	15	<p>PROCESSADOR DE ALIMENTOS ELÉTRICO, DESTINADO AO PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS DIVERSOS COMO LEGUMES, FRUTAS, CARNES E MASSAS LEVES. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA 700 W, CAPACIDADE DA TIGELA: 2 LITROS; MATERIAL AÇO INOXIDAVEL, LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL; MÍNIMO 2 VELOCIDADES + FUNÇÃO PULSAR, TAMPA COM TRAVA DE SEGURANÇA; BASE COM PÉS ANTIDERRAPANTES. TENSÃO: 127V; GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES</p>  <p>IMAGEM ILUSTRATIVA</p>	R\$ 260,50	R\$ 3.907,50
165	261597	UNIDADE	25	<p>RALADOR MANUAL 6 FACES EM AÇO INOXIDAVEL, COR INOX. ESTRUTURA RESISTENTE. TAMANHO 20 CM.</p>	R\$ 31,10	R\$ 777,50
166	220708	KIT	15	<p>RECIPIENTES DE VIDRO PARA ALIMENTOS – KIT CONTENDO 10 UNIDADES COM CAPACIDADE APROXIMADA DE CADA RECIPIENTE: 800 ML. MATERIAL: RECIPIENTE EM VIDRO REFRAATÓRIO TRANSPARENTE, TAMPA EM PLÁSTICO RESISTENTE LIVRE DE BPA (BISFENOL A), COM TRAVAS LATERAIS DE VEDAÇÃO EFICIENTE QUE EVITE VAZAMENTOS. MATERIAL RESISTENTE A VARIAÇÕES DE TEMPERATURA: ADEQUADOS PARA USO EM GELADEIRA, CONGELADOR, MICRO-ONDAS E FORNO CONVENCIONAL (QUANDO SEM A TAMPA).</p>  <p>IMAGEM ILUSTRATIVA</p>	R\$ 247,09	R\$ 3.706,35
167	259298	GALAO	25	<p>REMOVEDOR DE CERA - LTS. PH (1%) MÍNIMO 10,5, PRINCIPIO ATIVO: NONIL FENOL POLIGLICOL ETOXILADO, DILUIÇÃO: MÍNIMA DE 50ML PARA 1 LITRO DE ÁGUA – GALÃO DE 5 LITROS</p>	R\$ 79,70	R\$ 1.992,50



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

168	604890	FARDO	5	RETALHO DE MALHA (ESTOPA INDUSTRIAL TIPO PASTILHA) COMPOSTA POR CAMADAS DE RETALHOS DE TECIDO (MALHA/ALGODÃO) SOBREPOSTAS E UNIDAS POR COSTURAS REFORÇADAS. MATERIAL HIGIENIZADO, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO E ISENTO DE BOTÕES, ZÍPERES OU ELEMENTOS METÁLICOS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 20 CM X 20 CM, FORNECIDA EM FARDOS DE 20 KG.	R\$ 162,30	R\$ 811,50
169	446183	UNIDADE	400	RODO COM ESPUMA E FIBRA 40 CM - COM CABO	R\$ 17,27	R\$ 6.908,00
170	446183	UNIDADE	400	RODO DE ESPUMA 40 CM - COM CABO	R\$ 16,43	R\$ 6.572,00
171	446184	UNIDADE	200	RODO DE PLÁSTICO 40 CM COM CABO - RODO COM BASE PLÁSTICA 40CM, BORRACHA DUPLA EM EVA, BASE SERRILHADA PARA ADERÊNCIA AO PANO DE CHÃO, CABO EM MADEIRA DE 1,20CM PLASTIFICADO	R\$ 11,90	R\$ 2.380,00
172	620629	UNIDADE	400	RODO DE PLÁSTICO 60 CM COM CABO - RODO COM BASE PLÁSTICA 60CM, BORRACHA DUPLA EM EVA, BASE SERRILHADA PARA ADERÊNCIA AO PANO DE CHÃO, CABO EM MADEIRA DE 1,50CM PLASTIFICADO	R\$ 18,74	R\$ 7.496,00
173	417262	UNIDADE	30	RODO EM ALUMÍNIO 40 CM COM CABO	R\$ 12,56	R\$ 376,80
174	630101	UNIDADE	30	RODO EM ALUMÍNIO 80 CM COM CABO	R\$ 69,76	R\$ 2.092,80
175	298406	PACOTE	300	SABAO EM PEDRA C/5 PEDAÇOS	R\$ 9,53	R\$ 2.859,00
176	436764	UNIDADE	500	SABÃO EM PÓ – EMBALAGEM NO MINIMO 4 KG	R\$ 35,05	R\$ 17.525,00
177	472873	GALAO	500	SABONETE LIQUIDO ANTI-SEPTICO DAS MAOS - LTS. PH 6,0 A 7,5, PRINCIPIO ATIVO: 0,2% TRICLOSAN – GALÃO DE 5 LITROS	R\$ 31,69	R\$ 15.845,00
178	628582	FRASCO	200	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL NEUTRO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO HIPOALERGÊNICO, COM FÓRMULA QUE EVITE A IRRITAÇÃO DOS OLHOS. DE FÁCIL ENXÁGUE. QUE CONTENHA GLICERINA. FRASCO DE 200ML	R\$ 20,16	R\$ 4.032,00
179	384821	UNIDADE	50	SABONETEIRA PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO EM PLASTICO DE ALTA RESISTENCIA. CAPACIDADE DE 800 ML	R\$ 20,61	R\$ 1.030,50
180	313806	PACOTE	25	SACO PLASTICO 40 LITROS VERMELHO C/ 100 UND.-MICRA MÍNIMA 0,6	R\$ 33,39	R\$ 834,75
181	345597	PACOTE	300	SACO PLASTICO 60 LITROS AZUL C/ 100 UND.-MICRA MÍNIMA 0,7	R\$ 43,76	R\$ 13.128,00
182	470832	PACOTE	300	SACO PLASTICO 60 LITROS PRETO C/ 100 UND.-MICRA MÍNIMA 0,7	R\$ 36,52	R\$ 10.956,00
183	226092	PACOTE	250	SACO PLASTICO DE LIXO PRETO 30 LITROS COM 50 UND- MICRA MÍNIMA 0,7	R\$ 13,05	R\$ 3.262,50
184	470833	PACOTE	400	SACO PLASTICO LIXO 100 LITROS RESISTENTE 75X95 - MINIMO 8 MICRAS - PACOTE COM 100 UND	R\$ 58,10	R\$ 23.240,00



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

185	458145	PACOTE	300	SACO PLASTICO PRETO 200 LITROS RESISTENTE - MINIMO 10 MICRAS - PACOTE COM 100 UND	R\$ 119,70	R\$ 35.910,00
186	345505	PACOTE	120	SACO PLASTICO LIXO HOSPITALAR BRANCO PERSONALIZADO 60 LITROS C/ 100 UND- MICRA MÍNIMA 0,7	R\$ 59,98	R\$ 7.197,60
187	355985	PACOTE	30	SACO PLASTICO TRANSPARENTE 60 LITROS COM 100 UND - 63X80 MICRA MINIMA 0,05	R\$ 85,58	R\$ 2.567,40
188	350420	BOBINA	40	SACO PLÁSTICO PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS - PARA USO EM FREEZER E MICROONDAS - CAPACIDADE 3 LITROS - BOBINA COM 500 UND	R\$ 23,71	R\$ 948,40
189	307144	BOBINA	100	SACO PLÁSTICO PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS - PARA USO EM FREEZER E MICROONDAS - CAPACIDADE 5 LITROS - BOBINA COM 500 UND	R\$ 32,20	R\$ 3.220,00
190	300032	BOBINA	160	SACO PLÁSTICO PARA EMBALAGEM DE ALIMENTOS - PARA USO EM FREEZER E MICROONDAS - CAPACIDADE 7 LITROS - BOBINA COM 500 UND	R\$ 50,92	R\$ 8.147,20
191	422290	PACOTE	10	SACO TRANSPARENTE PARA COLETA DE AMOSTRAS DE ALIMENTOS PARA ANALISE MICROBIOLÓGICA. DEVERÁ APRESENTAR CAPACIDADE MINIMA PARA 500 ML. ESTERIL, COM TARJA EM MATERIAL BRANCO LEITOSO SENSIVEL A ESFEROGRAFIA E SISTEMA DE FECHAMENTO QUE EVITE POSTERIOR CONTAMINAÇÃO DA AMOSTRA. MEDIDAS APROXIMADAS 25X14,5 CM. PACOTES CONTENDO 500 UNIDADES	R\$ 116,87	R\$ 1.168,70
192	302502	PACOTE	30	SACOLA PLASTICA 38 X 48. PACOTE COM 1000	R\$ 86,28	R\$ 2.588,40
193	219924	PACOTE	50	SACOLA PLASTICA RESISTENTE. DIMENSÕES MÍNIMAS: 45 CM (LARGURA) X 60 CM (ALTURA); ESPESSURA: MÍNIMO 15 MICRAS. SOLDAS LATERAIS REFORÇADAS – PACOTE COM 500 UNIDADES	R\$ 122,41	R\$ 6.120,50
194	456396	UNIDADE	400	SAPONACEO CREMOSO - 300 ML.	R\$ 7,39	R\$ 2.956,00
195	617028	GALÃO	30	SHAMPOO AUTOMOTIVO. PRINCIPIO ATIVO: ACIDO SULFONICO, PH 7,0 - 7,5, DILUIÇÃO 1:40. GALÃO DE 20 LITROS	R\$ 122,42	R\$ 3.672,60
196	402414	FRASCO	150	SHAMPOO INFANTIL NEUTRO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO HIPOALERGÊNICO, COM FÓRMULA QUE EVITE A IRRITAÇÃO DOS OLHOS. DE FÁCIL ENXÁGUE. FRASCO DE 200ML	R\$ 14,33	R\$ 2.149,50
197	376404	POTE	150	SODA CAUSTICA EM ESCAMAS - HIDRÓXIDO DE SÓDIO - PUREZA 96/98% - POTE DE 1 KG (EMBALAGEM HOMOLOGADA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE)	R\$ 19,47	R\$ 2.920,50
198	449746	GALÃO	30	SOLUPAN. PRINCIPIO ATIVO: HIDROXIDO DE SÓDIO, PH A 1% 11,50 - 13,50, DILUIÇÃO 1:40. GALÃO DE 20 LITROS.	R\$ 145,75	R\$ 4.372,50
199	338246	UNIDADE	120	SUPORTE PEGA FIBRA UNIVERSAL COM CABO CORES VARIADAS	R\$ 30,37	R\$ 3.644,40



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

200	602678	UNIDADE	35	<p>SUPORTE DE PAREDE ORGANIZADOR PARA VASSOURAS E RODOS – COM NO MÍNIMO 5 SUPORTES ULTRAFORTES PARA SEGURAR OBJETOS 6 GANCHOS RESISTENTES E DOBRÁVEIS, QUE SUPORTEM ATÉ 2 KG, PARA PENDURAR OBJETOS COM ALÇA. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 9P x 40L x 7A CM. INCLUSO TODAS AS PEÇAS PARA INSTALAÇÃO</p>  <p>IMAGEM ILUSTRATIVA</p>	R\$ 29,35	R\$ 1.027,25
201	339880	UNIDADE	30	<p>TABUA DE CARNE EM POLIPROPILENO GRANDE MEDIDAS 30X50 PROFISSIONAL 6MM, NAS CORES VERMELHA, VERDE E BRANCA CONFORME SOLICITAÇÃO</p>	R\$ 86,67	R\$ 2.600,10
202	629119	UNIDADE	100	<p>TAPETE DE TEAR PARA PORTA, EM ALGODÃO, DUPLA FACE. TAMANHO APROXIMADO 40 CM X 60 CM</p>	R\$ 20,21	R\$ 2.021,00
203	464981	UNIDADE	12	<p>TERMÔMETRO CULINÁRIO DIGITAL. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: DISPLAY LCD ; FAIXA DE MEDIÇÃO: -50°C A 300°C; HASTE DE NO MÍNIMO 15 CM EM AÇO INOXIDÁVEL; TEMPO DE LEITURA RÁPIDO; ALIMENTAÇÃO POR BATERIA; USO INDICADO PARA CARNES, LÍQUIDOS E ALIMENTOS EM GERAL</p>  <p>IMAGEM ILUSTRATIVA</p>	R\$ 35,27	R\$ 423,24
204	454226	CONJUNTO	15	<p>TIGELAS / BOWLS EM AÇO INOX – CONJUNTO CONTENDO 6 TIGELAS EM FORMATO REDONDO TIPO BOWL, COM BORDAS ARREDONDADAS E REFORÇADAS; SUPERFÍCIE LISA E POLIDA; MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL RESISTENTE À CORROSÃO; TAMANHOS APROXIMADOS: 0,5 L, 1,0L, 1,5 L, 2,0L E 2,5L</p>  <p>IMAGEM ILUSTRATIVA</p>	R\$ 178,55	R\$ 2.678,25
205	484094	UNIDADE	10	<p>TIGELA DE VIDRO REDONDA, TRANSPARENTE, COM TAMPA. CAPACIDADE 5 L</p>	R\$ 40,23	R\$ 402,30
206	428622	PACOTE	100	<p>TOUCA SANFONADA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO. PACOTE COM 100 UNID</p>	R\$ 12,88	R\$ 1.288,00
207	406214	UNIDADE	300	<p>VASSOURA DE NYLON 30 CM - COM CABO.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VASSOURA COM CERDAS DE NYLON MACIAS COM PONTA DESFIADA/PICOTADA, CABO COM REVESTIMENTO PLÁSTICO COM NO MÍNIMO 120CM DE COMPRIMENTO, QUE TENHA PERFEITO ENCAIXE À VASSOURA. MULTIUSO: VASSOURA INDICADA PARA PISOS INTERNOS E EXTERNOS. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 30 CM X 16CM X 4,4CM (CXAXL)</p>	R\$ 9,81	R\$ 2.943,00



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

208	338108	UNIDADE	350	VASSOURA DE PALHA COM CABO	R\$ 24,34	R\$ 8.519,00
209	483030	UNIDADE	160	XICARAS – MATERIAL VIDRO DE EXCELENTE QUALIDADE, TRANSPARENTE – CAPACIDADE 200ML	R\$ 6,02	R\$ 963,20
210	242729	CONJUNTO	20	XICARAS DE CHA - CONJUNTO DE 6 XICARAS DE PORCELANA, COM PIRES . CAPACIDADE 200 ML	R\$ 110,60	R\$ 2.212,00

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e a unidade de medida do CATMAT e a do Edital (termo de referência), prevalecerá a descrição e a unidade de medida constante no Edital (termo de referência).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 2714/2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato/ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Juntamente com a proposta ajustada, poderá ser solicitado folders, catálogos, cartilhas ou quaisquer outros documentos que descrevam os produtos ofertados.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está alinhado com o Plano de Contratações Anual – PAC, uma vez que o Município ainda não possui PAC constituído.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Considerando que os materiais a serem adquiridos enquadram-se como bens comuns, por apresentarem padrões de desempenho e características gerais e específicas amplamente disponíveis no mercado, e tendo em vista que a demanda pode ser estimada com base no consumo do exercício anterior, bem como que os critérios de qualidade podem ser definidos de forma objetiva, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da legislação vigente.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

A escolha dessa modalidade mostra-se a mais adequada sob os aspectos da eficiência, economicidade, competitividade e planejamento das contratações públicas, possibilitando o fornecimento parcelado dos materiais conforme a necessidade da Administração Municipal, evitando estoques excessivos e reduzindo riscos de desabastecimento. Além disso, o Registro de Preços proporciona maior previsibilidade no atendimento das demandas das secretarias municipais, assegurando acesso contínuo e regular aos insumos indispensáveis ao desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais.

O Sistema de Registro de Preços também favorece a centralização das aquisições, promovendo maior padronização dos materiais, racionalização dos procedimentos de compra e melhor controle dos gastos públicos, evitando aquisições fragmentadas e contratações repetitivas. Tal sistemática contribui para ampliar a transparência, otimizar a gestão dos recursos públicos e garantir maior vantajosidade para a Administração.

A solução proposta atende às necessidades ordinárias e eventuais das diversas secretarias municipais, abrangendo materiais indispensáveis à manutenção da limpeza, higiene, conservação e organização dos ambientes públicos, bem como ao suporte das atividades desenvolvidas nas áreas de educação, saúde, assistência social, administração e demais setores estratégicos.

Dessa forma, a contratação pretendida visa assegurar condições adequadas de funcionamento das unidades administrativas e de atendimento à população, contribuindo para a preservação das instalações e equipamentos públicos, para a promoção da saúde e bem-estar dos usuários e servidores, bem como para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados e da imagem institucional da Administração Municipal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.2. A atividade da licitante deverá estar consoante ao objeto da licitação, ter capacidade técnica e operacional no fornecimento de acordo com o objeto deste Termo de referência e de sua proposta.

4.3. O licitante vencedor ficará obrigado a entregar o objeto da presente licitação, parceladamente, conforme solicitação da Secretaria requisitante, independentemente da quantidade solicitada. As despesas com os serviços e/ou entregas é de total responsabilidade da licitante contratada.

4.4. A empresa vencedora se obriga a realizar troca ou manutenção dos bens caso estes apresentem defeitos de fabricação ou danos, estando estes dentro do prazo de garantia, sem ônus ao Município. Juntamente com os bens deverão ser fornecidos os manuais de usuário detalhados completos, quando for o caso

4.5. As características descritas no objeto significam exigências mínimas, não impedindo a cotação de um bem com mais opcionais – ou mais moderno – inclusos dentro do valor.

Sustentabilidade

4.6. Não se aplica

Indicação de marcas ou modelos



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.7. Não há indicações específicas de marcas e modelos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.8. Não há vedações de marcas e modelos.

Exigência de carta de solidariedade

4.9. Não se aplica.

Subcontratação

4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de compra, de forma parcelada (sem ônus de entrega), pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

5.2. A entrega e despesas com a mesma é de inteira responsabilidade da contratada e deverá ser efetuada à medida que necessitar a Administração Pública pelo Licitante Vencedor nos Departamentos e Secretarias Municipais, independentemente da quantidade solicitada.

5.3. As entregas deverão ser realizadas nos departamentos e secretarias que integram a Administração pública do Município de Janiópolis/Pr.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.5. Os materiais a serem entregues deverão ser de primeira qualidade e deverão obedecer inteiramente aos requisitos e padrões mínimos exigidos por órgãos fiscalizadores.

5.6. A apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, modelo, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, prazo de validade, origem e outros, devendo obedecer também às regulamentações de órgãos fiscalizadores e normatizadores.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

5.7. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.

5.8. A(s) mercadoria(s) fornecida(s) estarão sujeitas à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade, qualidade e prazo de validade.

5.9. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

5.10. O prazo de validade na data da entrega dos produtos, não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.11. O não cumprimento do exigido, ou a qualidade dos bens não estarem dentro das normas exigidas será motivo de rescisão sem prejuízos para a administração.

Especificação da garantia

5.12 O prazo de garantia contratual do objeto é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Obrigações da Contratante

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Obrigações da Contratada

6.3. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.3.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.3.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

6.3.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.3.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.3.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.3.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso;

6.3.7. atender as normas de sustentabilidade e respeito às leis ambientais.

6.3.8. O Município de Janiópolis poderá, a qualquer momento, requerer a realização de testes nos produtos a fim de comprovar a qualidade, nos termos das exigências constantes nas Normas Técnicas em vigor, quando for o caso.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nomeados através de portaria.

7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.15. O(a) gestor(a) do contrato ou instrumento equivalente será o(a) gerente funcional, designado pela autoridade máxima, que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, com observância ao Decreto Municipal nº 2710/2023.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

7.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens/produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, o setor competente fará a liquidação.

8.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, condicionado ao recebimento dos recursos do Órgão repassador, quando for o caso.

8.17. no caso de atraso motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

Forma de pagamento

8.18. O pagamento será realizado, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo,



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

9.11. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da receita Federal do Ministério da Fazenda;

9.13. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

9.14. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

9.15. Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

9.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual - MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado de prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.18. Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, dentro do prazo de validade.

Deverá apresentar também a **DECLARAÇÃO UNIFICADA:**



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

9.19. Declaração Unificada conforme modelo disposto no Edital.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 880.986,70 (oitocentos e oitenta mil, novecentos e oitenta e seis reais e setenta centavos)** conforme custos unitários demonstrados no mapa comparativo de preços anexo a este termo de referência.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recurso específico consignado na dotação orçamentária conforme abaixo:

5	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
1	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
70	REDUZIDO
5	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
1	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO
34490520000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
83	REDUZIDO
5	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
4	VIAÇÃO E URBANISMO
2007	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIAÇÃO E URBANISMO
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
130	REDUZIDO
5	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
4	VIAÇÃO E URBANISMO



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

2007	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIAÇÃO E URBANISMO
34490520000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
148	REDUZIDO
5	SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA
5	DIRETORIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO
2008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE OBRAS E PLANEJAMENTO
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
166	REDUZIDO
5	SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA
5	DIRETORIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO
2008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE OBRAS E PLANEJAMENTO
34490520000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
171	REDUZIDO
5	SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA
6	DIRETORIA DE CULTURA E EVENTOS
2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE CULTURA
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
180	REDUZIDO
5	SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA
6	DIRETORIA DE CULTURA E EVENTOS
2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE CULTURA
34490520000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
189	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1	DIVISÃO DE ENSINO
2018	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
107	SALÁRIO EDUCACAO - EXERCICIO CORRENTE
219	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1	DIVISÃO DE ENSINO
2018	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
34490520000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
107	SALÁRIO EDUCACAO - EXERCICIO CORRENTE
242	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
1	DIVISÃO DE ENSINO
2018	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
103	5% SOBRE TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAS F
217	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1	DIVISÃO DE ENSINO
2018	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
34490520000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
103	5% SOBRE TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAS F
240	REDUZIDO



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1	DIVISÃO DE ENSINO
2018	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
333903000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
104	EDUCACAO 25%
218	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1	DIVISÃO DE ENSINO
2018	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
344905200000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
104	EDUCACAO 25%
241	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1	DIVISÃO DE ENSINO
2019	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
333903000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
107	SALARIO EDUCACAO - EXERCICIO CORRENTE
268	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1	DIVISÃO DE ENSINO
2019	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
344905200000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
107	SALARIO EDUCACAO - EXERCICIO CORRENTE
286	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1	DIVISÃO DE ENSINO
2019	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
333903000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
103	5% SOBRE TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAS F
266	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1	DIVISÃO DE ENSINO
2019	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
333903000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
104	EDUCACAO 25%
267	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1	DIVISÃO DE ENSINO
2019	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
333903000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
1082	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - ETI - MÁXIMO DE 30% ESTABELECIDO NO INCISO XIV DO ART. 212-A DA CF
657	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1	DIVISÃO DE ENSINO
2019	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
344905200000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
103	5% SOBRE TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAS F
285	REDUZIDO
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1	DIVISÃO DE ENSINO
2019	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

34490520000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1082	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - ETI - MÁXIMO DE 30% ESTABELECIDO NO INCISO XIV DO ART. 212-A DA CF
658	REDUZIDO
7	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
1	DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA
2013	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
303	SAUDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29 00)
320	REDUZIDO
7	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
1	DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA
2013	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
4321	BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - RECURSOS ESTADUAIS 321
322	REDUZIDO
7	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
1	DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA
2013	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
1018	EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS - TRANSFERÊNCIA COM FINALIDADE DEFINIDA - (INCISO II DO ART. 166-A DA E.C. 105/2019) - SAÚDE
631	REDUZIDO
7	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
1	DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA
2013	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
4949	EMENDAS DE BANCADAS (ART. 166, § 12 E.C. 100/2019)
324	REDUZIDO
7	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
1	DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA
2013	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA
34490520000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
303	SAUDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29 00)
340	REDUZIDO
7	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
3	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2016	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
303	SAUDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29 00)
377	REDUZIDO
7	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
3	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2016	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
4321	BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - RECURSOS ESTADUAIS 321
378	REDUZIDO



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8	SECRETARIA DE AGRICULTURA
1	SETOR DE AGRICULTURA
2011	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE AGRICULTURA
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
423	REDUZIDO
8	SECRETARIA DE AGRICULTURA
1	SETOR DE AGRICULTURA
2011	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE AGRICULTURA
34490520000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
430	REDUZIDO
9	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2025	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
446	REDUZIDO
9	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2025	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
34490520000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
459	REDUZIDO
9	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
2	DIR. DO CENTRO DE REF. EM ASSIST. SOCIAL - CRAS
2026	MANUTENÇÃO DO ORGAO GESTOR DO CRAS
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
934	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SUAS)
494	REDUZIDO
9	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
2	DIR. DO CENTRO DE REF. EM ASSIST. SOCIAL - CRAS
2026	MANUTENÇÃO DO ORGAO GESTOR DO CRAS
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
493	REDUZIDO
9	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
2	DIR. DO CENTRO DE REF. EM ASSIST. SOCIAL - CRAS
2026	MANUTENÇÃO DO ORGAO GESTOR DO CRAS
34490520000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
934	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SUAS)
510	REDUZIDO
9	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
2	DIR. DO CENTRO DE REF. EM ASSIST. SOCIAL - CRAS
6000	MANter AS ATIV. DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
33390300000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
519	REDUZIDO
9	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
2	DIR. DO CENTRO DE REF. EM ASSIST. SOCIAL - CRAS
6001	MANter AS ATIV. DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
34490520000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
526	REDUZIDO
11	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
1	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
2010	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE
3339030000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
553	REDUZIDO
11	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
1	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
2010	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE
3449052000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
566	REDUZIDO
12	SECRETARIA DE ESPORTES
1	SECRETARIA DE ESPORTES
2023	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES
3339030000000000000	MATERIAL DE CONSUMO
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
580	REDUZIDO
12	SECRETARIA DE ESPORTES
1	SECRETARIA DE ESPORTES
2023	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES
3449052000000000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
589	REDUZIDO

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou função específica do sistema.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º _____
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º _____

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.402.882/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor _____, inscrito no CPF sob. nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no PNCP em ____/____/2026, processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na(o), no Município de, neste ato representada pelo(a) senhor(a)....., de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS QUÍMICOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, EMBALAGENS E DEMAIS ITENS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DOS DEPARTAMENTOS QUE INTEGRAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS – PARANÁ**, especificado Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 019/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE/ ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO (SE FOR O CASO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

2.2. Valor total da presente Ata de Registro de preços R\$ _____ (_____).

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7.4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.14. Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. No caso de prorrogação do prazo de validade da ata de registro de preço, mediante requerimento do contratado, poderá ser realizado concomitantemente a prorrogação do prazo de



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

validade o reajuste nos preços pactuados visando a recomposição dos preços, conforme autorizado pelo artigo 82, inciso VI da Lei 14.133/2021, sendo utilizado o menor índice ente o INPC ou IPCA acumulado nos 12 meses anterior a data da realização do reajuste.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 7.4.1. Por razão de interesse público;
 - 7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

- 8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Administração.

9.3. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Campo Mourão/Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Janiópolis/Pr, de de 202 .

MUNICIPIO DE JANIÓPOLIS
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

RG: _____

Nome: _____

RG: _____



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado da licitante)

Prefeitura Municipal de Janiópolis/Pr
Referente: Pregão Eletrônico nº 019/2026

Pelo presente instrumento, a empresa....., inscrita no CNPJ nº, com sede na, vem pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR**, sob pena da Lei, que:

- a) cumprimos o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos e menores de 14 (quatorze) anos a não ser na condição de aprendiz (art. 68, VI da Lei 14.133/21).
- b) em atenção ao disposto no art. 63, I, da Lei 14.133/21, declarar que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na licitação e que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, e declara estar ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- c) que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI da Lei 14.133/21)
- d) Em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que a proposta apresentada para participar do referido Pregão foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do referido Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do referido Pregão quanto a participar ou não da referida licitação; que o conteúdo da proposta apresentada para participar do referido Pregão não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante órgão licitador, antes da abertura oficial das propostas
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei 14.133/21).
- f) a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei 14.133/21).
- g) não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV da Lei 14.133/21).

Para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte (Art. 4º da Lei 14.133/21), declaramos que:

() No ano-calendário do corrente ano, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública, cujo valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos constantes no art. 4º, §2º da Lei 14.133/2021.

h) o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., portador(a) do RG sob nº e CPF nº , cuja função/cargo é(sócio administrador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do Contrato.**

i) em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

j) caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao setor de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data

CNPJ, Assinatura do representante legal da Empresa

C.P.F _____

R.G _____



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS FINAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone e e-mail), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 019/2026 de acordo com especificações constantes no edital e anexos, conforme segue:

ITEM	UNID	QTDE	ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Obs. Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, ajustado ao lance vencedor, de acordo com o Anexo I do Edital.

O valor total da Proposta é de: R\$ _____ (_____)

Conta Corrente nº _____ Agência _____ Banco _____
PIS nº (Obrigatório quando MEI) _____

Nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação e demais despesas constantes no edital e anexos.

Declaramos nos termos do Art. 63, § 1º da Lei 14.133/21, que, em nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas no edital e seus anexos.

_____, _____ de _____ de 2026.
(Local e data)

Assinatura do Responsável pela empresa
(Nome Legível/Cargo)